

QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO: a singularidade da mediação do capital nos conflitos sociais no campo

Frednan Bezerra dos Santos¹

Co-autor: João Claudino Tavares²

Seções de Comunicações

9. Área Especial 2: Economia Agraria e Meio Ambiente

RESUMO

A partir do conceito de questão agrária formulado por Prado Júnior (1979), recupera o processo de mediação do capital no Maranhão como determinante da questão agrária em busca da compreensão dos conflitos sociais no campo. Procede-se à montagem do panorama atual da questão agrária no Brasil e, no Maranhão em particular, diante do processo de acumulação capitalista com vista à apreensão da sua singularidade dentro da universalidade capitalista. No que tange a análise da realidade maranhense busca-se em Arcangeli (1987), Feitosa (1998), Asselin (2009), Conceição (1980) e Tavares (2008), dentre outros, subsídios para compreendê-la. Dialoga-se com as formulações de Josué de Castro na perspectiva de desvendar os determinantes da atual situação agrária e socioeconômica maranhense e de pistas que possam nos conduzir a novos caminhos no desafio da superação das contradições da reprodução da questão agrária.

Palavras-chave: Questão Agrária-Maranhão. Conflitos sociais no campo.

ABSTRACT

From the concept of agrarian question formulated by Prado Júnior (1979), retrieves the mediation process in Maranhão capital as a determinant of the agrarian question in search of understanding in the field of social conflicts. Proceeds to mount the current landscape of the agrarian question in Brazil and in Maranhão in particular, before the capitalist accumulation process for the seizure of their uniqueness within the capitalist universality. Regarding the analysis of reality in search maranhense Arcangeli (1987), Feitosa (1998), Asselin (2009), Conceição (1980) and Tavares (2008), among others, subsidies to understand it. Dialogues with the formulations of Josué de Castro in view to unravel the determinants of current agrarian situation and socioeconomic Maranhão and clues that may lead us to new ways of overcoming the challenge of the contradictions of reproduction of the agrarian question.

Key-words: Agrarian Question-Maranhão. Social conflicts in the field.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. frednan.santos@yahoo.com.br.

² Professor Adjunto IV do Departamento de Economia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Geografia – área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano – pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Orientador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Processos de Produção e Relações de Trabalho nas Economias Dependentes – Linha de pesquisa: Trabalho e transitoriedade. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels (NEME). Bolsista do Programa Cátedras IPEA/CAPEs para o Desenvolvimento 001/2010. jclaudino@ufma.br; jclaudinot@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Estuda-se a realidade agrária maranhense a luz da obra de Josué de Castro em busca da compreensão do fenômeno da apropriação da terra como contradição da dinâmica do processo de acumulação capitalista. A questão agrária – compreendida a partir de Prado Júnior (1979) como o conjunto de problemas suscitados pelo nível de concentração fundiária – apresenta-se como singularidade do processo de mediação do capital engendrada pela universalização das relações de produção. Nesse contexto, busca-se no processo de mediação do capital a essência da questão agrária no Maranhão e na reforma agrária sua possibilidade de superação. Portanto, a motivação que precedeu essa pesquisa consiste na busca da compreensão do processo de gênese da socioeconomia maranhense como manifestação singular do capital na periferia do capitalismo. Dessa forma, abordar o objeto sobre inspiração da realidade se apresenta como condição necessária à construção do conhecimento, ou seja, como condição para a superação dos aspectos fenomênicos sob os quais a realidade se apresenta.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos utilizamos a metodologia do materialismo dialético que de acordo com Aued (2002) se resume nos seguintes passos: 1º Passo: Descrição; 2º Passo: Isolamento; 3º Passo: Aplicação da lógica formal. Na descrição caracterizamos fenômenos relevantes (conhecidos) para assim poder afirmar que o nosso objeto de estudo não é nenhum desses fenômenos. Portanto, descrevemos fenômenos, tais como: conflitos no campo e, a dualidade: feudalismo/capitalismo como explicação para o processo que engendra o desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico. Por conseguinte, procedemos ao isolamento do fenômeno de todas as particularidades e singularidades que o identificam e o diferenciam dos demais fenômenos já conhecido abordando a reforma agrária e as contradições da realidade no campo maranhense. Assim, a partir da lógica formal, através da aplicação da dialética – “*o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’.*” (KOSIK, 1976, p.15) – é possível chegar à compreensão da realidade concreta. Portanto, investigamos as contradições do processo de reprodução ampliada do capital que engendra, através da propriedade capitalista da terra, conflitos sociais que se materializam na grilagem (institucionalização da violência) como manifestação do movimento do capital no campo.

3. PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate tradicional capitalizado pela questão agrária consiste, *grosso modo*, no embate interno ao PCB que apresentava como tese hegemônica o feudalismo agrário, defendida por Guimarães (1989), mas, refutada por seu grande adversário Prado Júnior (1979). O embate político-ideológico em torno do feudalismo agrário merece a nossa atenção, tanto por seu protagonismo, quanto por suas implicações práticas. Portanto, para o primeiro seria o monopólio da terra a principal característica do empreendimento colonizador, por conseguinte, o sistema colonial consistiu num tipo diferenciado de feudalismo colonial. O segundo vai de encontro à tese feudalista postulando que se for necessário proceder à influência das relações de trabalho precedentes não seria o regime feudal que nos interessaria. Deste modo, a caracterização das relações de trabalho na

agropecuária como feudal é fruto de séria incompreensão, pois, esse “adjetivo” carrega pressupostos teóricos não encontrados na realidade brasileira.

A história da reforma agrária no Brasil deve ser entendida à luz das demandas sociais e do bloqueio dessas pelas elites dirigentes que num primeiro momento (século XIX) se materializa na Lei de Terras de 1850. No segundo na elaboração do Estatuto da Terra (1964), como resposta das elites ao processo de mobilização das massas decorrente da deterioração das condições de vida no campo na segunda metade do século XX. O terceiro bloqueio ocorre com a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA no ano de 1985. O quarto com a “Reforma Agrária de Mercado” instituída com o apoio do Banco Mundial no ano de 1998. E, no quinto com a ascensão do PT ao Governo Federal, no ano de 2002, e edição do II PNRA no ano de 2003. A partir desse período a agricultura familiar passa a desempenhar a função de bloqueio à reforma agrária.

A dinâmica dos conflitos sociais no campo consistem na *atualidade da questão agrária brasileira* materializada não somente nos conflitos sociais, mas, também na dinâmica econômica do meio-rural brasileiro. Conforme dados da CPT entre o ano de 1985 e 2011 foram registrados 25.808 conflitos com uma média de 956 por ano. Com o advento do novo processo de modernização da agricultura brasileira, agora pautado nos mecanismos de mercado, aliada às políticas agroexportadoras resultaram num substancial aumento do número de conflitos no campo no período compreendido entre 2000 e 2005, sendo o ano de 2003 emblemático tanto por via do lançamento do II PNRA quanto pela obtenção do maior índice de crescimento dos conflitos no campo já registrado (80%), crescimento que continuou sua trajetória ascendente até alcançar o maior nível no ano de 2005 quando foram registrados 1.881 conflitos no Brasil.

4. REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO: as contradições da realidade no campo

A realidade do campo maranhense consiste na manifestação das contradições inerentes ao processo de produção de mercadorias. Em outras palavras, a singularidade da mediação do capital no processo de formação socioeconômica do Maranhão, em essência, está atrelada ao processo capitalista de acumulação pautado no processo de expropriação dos trabalhadores rurais.

A integração da economia maranhense à generalidade da produção capitalista num primeiro momento ocorreu a partir da criação no ano de 1755 da segunda companhia de comércio do Maranhão (*Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão*) responsável pela implantação do *plantation* e, logo, pela generalização do regime escravista no Maranhão. O segundo, após a derrocada da grande lavoura e o fracasso do surto industrial do século XIX, ocorre com o advento do Projeto Grande Carajás - PGC que representou uma maior penetração do capital no campo com a criação de infraestrutura e fomento estatal a diversos outros projetos econômicos, com destaque para os grandes projetos agropecuários. Deste modo, a expansão da pecuária por novas fronteiras agrícolas ou na trilha da lavoura temporária é fundamental para a compreensão do processo de concentração fundiária no Maranhão. Por conseguinte, a expansão da pecuária é invariavelmente causadora do embate, no primeiro momento, entre lavradores e pecuaristas e, no segundo entre trabalhadores e grileiros.

A grilagem constitui-se numa das táticas de incorporação econômica das terras da Amazônia, como parte de um projeto maior de desenvolvimento do capital internacional no Brasil, sua objetividade se materializa no redirecionamento das políticas públicas da colonização espontânea para a colonização dirigida. Em outras palavras, no bloqueio do acesso à terra ao trabalhador. É nesse contexto que o Maranhão se transforma em palco de conflitos sociais gravíssimos, onde a violência e a corrupção destacam-se como seus principais símbolos.

No Maranhão o processo de apropriação da terra não diferiu, em essência, ao ocorrido a nível nacional até meados da década de 1960. Entretanto, no final dos anos 60 com o advento da Lei de Terras de 1969 criada como política de desenvolvimento econômico a situação agrária no Maranhão passou por mudanças significativas. A Lei de Terras não significou só um novo modelo econômico para o Maranhão mas uma política pública generalizada inserida dentro da *ideologia da segurança nacional* que ultrapassava a questão da propriedade da terra. Portanto, o movimento do capital no campo maranhense pode ser compreendido pelo caminho da colonização dirigida e da sua

negação (grilagem), processo que ocorre em função da expansão capitalista materializada nas políticas agrícolas (crédito rural) e agrárias (colonização dirigida) que têm como objetivos, para além do oficial, incentivar o capital latifundiário em detrimento ao trabalhador rural.

A questão agrária no Maranhão apresenta-se como singularidade do processo de mediação do capital engendrada pela universalização das relações de produção. Deste modo, o processo de expropriação do trabalhador configura-se como negação do direito de reprodução do trabalhador sem a mediação do capital. Portanto, o movimento do capital em busca da sua reprodução no campo ocorre de forma ambígua, pois, no mesmo momento que produz o capitalista e a sua antítese, o trabalhador assalariado, ela produz o posseiro. E, este é a manifestação da contradição capitalista.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luis: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

AUED, Idaleto Malvezzi. **Dois dedos de prosa sobre O Capital**. Geosul, Florianópolis, v.17, n.34, p 39-62, jul./de. 2002.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**: Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro / Anna Maria de Castro (org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo, Brasil (1985, 1995, 2000, 2011)**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 1986, 1996, 2001. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewdownload/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/292-conflitos-no-campo-brasil-2011-nova-versao?Itemid=23>>. Acessado em 15 de outubro de 2012.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980. [Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão].

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**, grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008), Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1979.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro, O Processo de Produção do Capital. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do maranhão**: Uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890. São Luis: EDUFMA, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

STÉDILE, João Pedro. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960/1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500/1960**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990-2000)**. Florianópolis, 2008. 349f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. **O bloqueio da Reforma Agrária no Brasil como a cota-parte do espaço rural brasileiro na acumulação do capital**. Florianópolis, mimeografado, 2004.